

H I S T Ó R I A  

---

**& U T O P I A S**



ORGANIZAÇÃO  
*Ilana Blaj*  
*John M. Monteiro*

A N P U H

---

Associação Nacional de História

# ***HISTÓRIA & UTOPIAS***

---

*Textos apresentados no XVII Simpósio  
Nacional de História*

Organização  
**John Manuel Monteiro**  
**Ilana Blaj**

**A N P U H**

---

Associação Nacional de História

1996

*Uma discussão acerca do roteiro teórico de João Bernardo*

*Lúcia Bruno*

Primeiramente quero agradecer o convite que me foi feito pelo Professor José Evaldo Doin, para participar desta Mesa-Redonda em que o seu texto sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o papel do Estado neste processo e a classe dos gestores, constitui, ao lado da obra de João Bernardo, os objetos da discussão.

Com relação à obra desse autor português, pouco conhecido no Brasil, gostaria de referir ainda que de forma breve, alguns de seus livros e artigos para que os aqui presentes tenham uma idéia mais ampla do quadro conceitual em que as nossas discussões irão se desenvolver.

Primeiramente gostaria de referir o livro *Para um Teoria do Modo de Produção Comunista*, editado pela Afrontamento (Porto), em 1975. Nesse livro, João Bernardo apresenta a sua primeira formulação acerca da classe dos gestores e discute as vias possíveis de desenvolvimento do Capitalismo do Estado. As referências históricas são a Revolução Russa de 1917; a Revolução Chinesa e a constituição das democracias populares no Leste Europeu. Aqui o autor concebe o capitalismo de Estado como resultante da concentração total dos capitais particulares mediante o aparelho de Estado. Em seus escritos posteriores esta concepção é reformulada, como veremos na discussão hoje, principalmente através dos conceitos de Estado Amplo e de Estado Restrito. Desenvolve, ainda, neste livro a sua concepção de autonomia proletária e a lei do modo de produção comunista; a Lei do Institucional, que tende a desenvolver-se sempre que os trabalhadores assumem eles próprios, a direção de sua luta, independentemente das vanguardas profissionais e das burocracias partidária e sindical, criando relações sociais igualitárias e coletivistas.

Em 1977, foi publicado também pela Editora Afrontamento, *Marx Críticas de Marx*, em 3 volumes, onde J. Bernardo analisa a estrutura teórica e a epistemologia de *O Capital*, aplicando à teoria de Marx os pressupostos do

próprio Marx. O autor apresenta-nos nesta obra, um dos caminhos mais desafiadores para percorrermos a grande obra de Marx. Desse esforço teórico, emerge a fecunda originalidade do pensamento de João Bernardo, em que os conceitos de ideologia e de praxis são reelaborados com conseqüências de grande alcance.

Há dois artigos dentre os vários publicados no Brasil, que vale referir: “O Proletariado como Produtor e como Produto”, *Revista de Economia Política*, vol. 5, nº 13, julho/setembro de 1985. Neste artigo, contrariando as teses da teoria economia clássica e da neo-clássica que consideram a produção/reprodução da força de trabalho como externas à produção capitalista, o autor vai propor um modelo em que esse processo de produção/reprodução é inserido no âmbito da mais-valia e, por conseguinte, regido pela lei do valor. Esta formulação de João Bernardo nos permite uma abordagem inteiramente nova e integrada da função da Escola no capitalismo, do trabalho doméstico, dos meios de comunicação, do urbanismo e até mesmo, do conflito de gerações.

Em “Gestores, Estado e Capitalismo de Estado”, publicado na revista *Ensaio*, nº 14, de julho de 1985, discute a dinâmica social da classe dos gestores a partir das lutas proletárias; das suas derrotas e posterior integração pelos mecanismos econômicos e políticos do capitalismo. Analisando as relações entre os gestores e o aparelho de Estado, assim como as formas estatizadas da economia, acaba por remodelar o conceito de Estado, esboçando o que considero ser os fundamentos de uma nova teoria do Estado contemporâneo.

Em 1987, publicou pela Vértice o livro *Capital, Sindicato e Gestores*. Na primeira parte, João Bernardo aborda não apenas o processo de burocratização dos sindicatos, mas a sua transformação em padrões de uma força de trabalho numerosa. Analisa os casos americanos, alemão e israelense, dentre outros. Na segunda, discute a dinâmica da classe dos gestores e do capitalismo de Estado nos países que só recentemente iniciaram um processo de desenvolvimento econômico autóctone (ex-colônias).

Em 1991, publicou pela Editora Cortez *Economia dos Conflitos Sociais*, leitura obrigatória neste momento em que o discurso neo-liberal vem legitimar a reorganização global do capitalismo neste final de século. Esta obra, como diz Maurício Tragtenberg na sua apresentação, concentra uma “suma metodológica”, onde através da análise do sistema filosófico de Kant, Fichte, Schelling e Jacobi, João Bernardo, situa a importância de Marx, que, de forma inovadora rompeu com o pensamento filosófico existente, concebendo a ação não mais como um processo do pensamento, mas como praxis, simultaneamente material e social.

Considerando as lutas sociais como o elemento dinâmico do capitalismo, analisa as diversas modalidades da exploração e o desenvolvimento do capitalismo a partir da II Guerra Mundial, caracterizado pelo fortalecimento da classe dos gestores e pela transnacionalização da economia, o que implicou a emergência de novos polos de poder que se vêem constituindo numa nova superestrutura política, também transnacionalizada.

A esta estrutura de poder em desenvolvimento, o autor denomina Estado Amplo, que se constitui a partir da articulação dos centros de poder dos maiores grupos econômicos transnacionais; dos grandes sindicatos burocratizados e das administrações estatais que se autonomizaram das partes eleitas do Estado Nacional (Estado restrito). O sistema de governo que o rege é o neo-corporativismo informal, uma vez que ainda não se encontra juridicamente formalizado. As novas formas de autoritarismo; e as lutas sociais hoje, são exaustivamente analisadas neste livro. Enfim, eu o recomendo a todos que estão interessados num novo olhar sobre os eternos problemas do capitalismo: a exploração e a dominação política, neste momento de reorganização global do capitalismo.

Finalmente, quero referir um livro publicado em co-edição pela Cortez (SP) e pela Afrontamento (Porto), em 1991, intitulado *A Dialética da Prática e da Ideologia*, onde o autor redefine os conceitos de sociedade, instituição social, classe social, ideologia, indivíduo, apresentando-nos os fundamentos de uma original filosofia da praxis.

Com relação ao texto do José Evaldo que discute a emergência da classe gestorial e a dinâmica do desenvolvimento capitalista no Brasil durante o período 1891-1945, utilizando-se do instrumental analítico proposto por João Bernardo, tenho as seguintes considerações a fazer:

Primeiramente, cabe retomar os conceitos de Estado Restrito e Estado Amplo, que são centrais na análise de José Evaldo. O fenômeno que João Bernardo denomina Estado Amplo, não é recente. Como diz ele próprio “a extorsão da mais-valia apóia-se desde a gênese do capitalismo num outro aparelho de poder, que chamo Estado Amplo, e que é tão Lato quanto o são as próprias classes dominantes. No interior da empresa o capitalista é legislador. É este um quarto poder, que os teóricos dos três poderes clássicos se esquecem sistematicamente de considerar. É o poder de organizar a força de trabalho, de regulamentar a produção, de impor a disciplina da fábrica” (“Gestores, Estado e Capitalismo”, p. 93).

O Estado Amplo não é, portanto, algo que surge no decorrer do desenvolvimento. O que é realmente novo, é a sua expansão e fortalecimento nas últimas décadas, com a conseqüente retração da forma clássica de Estado — o Estado Nacional constituído pelos três poderes: o Legislativo, o Executi-

vo e o Judiciário, ao qual as pessoas em geral, se referem, quando se fala em Estado.

Existe, portanto, para João Bernardo, uma dualidade de aparelhos de poder no capitalismo que, embora relacionados, não se confundem. O Estado Amplo surge em função direta da exploração do proletariado pelas classes capitalistas (gestores e burgueses); o Estado Restrito decorre da necessidade de um órgão capaz de coordenar as atividades das empresas que, no início do capitalismo funcionavam com um elevado grau de particularização, integrando-as num processo econômico global, em função de problemas internos das classes capitalistas. Cabia-lhe também, administrar as disputas inter-capitalistas.

Tampouco se confundem (o Estado Restrito e o Estado Amplo), nos seus sistemas de organização. O Estado Restrito porque surgiu em função da parcelização das empresas, da necessidade de ser um elemento mediador e coordenador entre elas, tem os seus parâmetros de organização definidos pelos “casos limite da acumulação do capital sob forma centralizada (ditadura interna às classes dominantes) ou dispersa (democracia interna às classes dominantes)”. O Estado Amplo por sua vez, define-se na relação entre as classes exploradoras e a classe explorada. As suas formas de organização definem-se pelos limites da mais-valia relativa. A história da sua organização é a história dos ciclos das lutas proletárias, das suas derrotas e, posterior integração pelos mecanismos econômicos e políticos do capitalismo. A luta da classe trabalhadora contra a exploração é sinônimo da sua luta contra o Estado Amplo e é, pois, no espaço dessas lutas que este aparelho de poder vigora.

Esses dois aparelhos de poder se interrelacionam e a história do capitalismo é também a história dessa interrelação. João Bernardo estabelece três etapas nessa interrelação. Numa primeira que se estende por todo o século XIX, as unidades econômicas funcionavam com elevado grau de particularização (ou relativo isolamento recíproco) estando o Estado Amplo, por isso, disperso. Isto conferia uma grande importância às funções do Estado Restrito enquanto agente da coordenação do processo econômico global. Cabia ainda a este aparelho do poder promover e garantir a existência das Condições Gerais de Produção.

Dada a grande importância do Estado Restrito neste período, o acesso a ele estava reservado estritamente às classes dominantes, que detinham o monopólio do sufrágio e da elegibilidade. Era o período em que a burguesia se sobrepunha aos gestores que apresentavam-se como uma classe ainda socialmente dispersa, existindo sobretudo no âmbito do aparelho de Estado Restrito, e das condições gerais de produção a cargo desse aparelho de poder.

Mas, já no final do século XIX e princípios do XX, à medida que o desenvolvimento das lutas sociais aceleram os ciclos da mais-valia relativa e,

conseqüentemente, o capital se concentra, progride a integração econômica e tecnológica entre as empresas.

No âmbito interno das unidades econômicas, com o surgimento das sociedades por ações, acelera-se o afastamento do burguês da gestão da empresa, criando-se aí um vazio que vai ser preenchido por um grupo de especialistas; de gestores do processo de exploração. Estes passam então, a desempenhar funções cada vez mais importantes e amplas tanto no interior das empresas, como no âmbito das relações que integram as unidades econômicas numa estrutura global, unificando-se assim, os seus campos de origem.

Esse duplo processo, restringe a esfera de atuação do Estado Restrito e atenua a clareza dos seus limites, pois quanto maior a integração entre as empresas, mais a coordenação do processo econômico escapa da esfera do Estado Restrito e passa a ser realizada pelos centros de poder das próprias empresas em interrelação. É a partir de então que o sufrágio universal se difunde e o Estado Restrito, esvaziado de suas funções mais importantes se abre à participação popular. Ao mesmo tempo, a teia de relações constituída pelos centros de poder das grandes empresas, subordinam e atraem para a sua órbita de funcionamento, as instituições do Estado Restrito; as administrações, as empresas estatais, as comissões técnicas passam a funcionar consoante os critérios e os objetivos do Estado Amplo reforçando a unidade e o poder social dos gestores enquanto agentes ativos em ambos aparelhos de Estado, passando assim, a assumir um comportamento próprio. Subordinam a burguesia que fica circunscrita ao âmbito das pequenas e médias empresas, dependentes das políticas dos grandes grupos econômicos, por eles (gestores) comandados.

Após a II Guerra Mundial, com a internacionalização da economia, internacionalizam-se as estruturas de poder do Estado Amplo. O Estado Restrito, limitado pelas fronteiras nacionais vê-se ainda mais esvaziado de poder. O Estado Amplo passa a ser o aparelho hegemônico de poder, tanto em nível da relação entre as classes, quanto em nível das relações inter-capitalistas. “Sem necessitarem da coordenação de um aparelho político exterior, os grandes blocos econômicos passam a desenvolver as suas próprias formas de poder político (...) Neste sistema em que o político deixou de ser exterior às unidades econômicas fundem-se o político e o econômico, o grande capital auto-coordena-se e são grandes conjuntos de capitalistas, politicamente unificados, que exercem sobre os explorados o seu poder enquanto coletivo social e de uma forma direta” (*Capital, Sindicato e Gestores*, 1987). Mesmo nos países onde o Estado Restrito ainda conserva funções de certa importância, a iniciativa política e econômica, cabe hoje, cada vez mais às novas formas de Estado Amplo, que identifica-se com a totalidade das classes capitalistas, mas sobretudo, com os gestores que são os agentes ativos de todo este processo. \*

A auto-coordenação do grande capital através da sua concentração em grandes blocos onde se fundem o político e o econômico, implica a sujeição dos processos econômicos parcelares a um plano de conjunto. Historicamente a planificação resultou de dois processos distintos, embora hoje, convergentes:

a) a partir da intervenção do Estado Restrito sobre o econômico, realizado tanto pelo leninismo quanto pelos fascismos. Esta via corresponde a formas já ultrapassadas do capitalismo.

b) a partir do Estado Amplo, isto é, da ação conjunta das grandes empresas, sobretudo das maiores sociedades transnacionais juntamente com os organismos econômicos internacionais, sem deixar de articular subordinadamente as grandes centrais sindicais burocratizadas e as administrações cooptadas dos Estados Nacionais.

Assim sendo, conclui-se que o desenvolvimento do capitalismo é o desenvolvimento do capitalismo de Estado, seja ele fundado no aparelho clássico de poder (Estado Restrito), seja ele fundado nos polos de poder do Estado Amplo. Entre essas duas formas extremas, desenvolvem-se as combinações possíveis.

Penso que o desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil, durante o período analisado por José Evaldo (1891-1945), aproxima-se basicamente da primeira via de desenvolvimento do capitalismo de Estado, embora articule elementos importantes da segunda. Aqui, as dificuldades encontradas no processo de acumulação de capital, conferiram ao Estado Restrito o papel de agente decisivo do desenvolvimento econômico, importando capitais, criando e gerindo as condições gerais de produção (infra-estruturas materiais, condições sociais de existência de um mercado etc.) e, contribuindo para acelerar a concentração de capital local.

As classes dominantes brasileiras por isso, não estavam dispostas a sujeitar as instituições do Estado clássico ao voto universal e, quando o fizeram, os processos eleitorais assim como os partidos políticos, não passaram de mera ficção. “Coronelismo, enxada e voto”, foi a nossa realidade durante os breves períodos de democracia capitalista que tivemos. O processo sócio-político que se desenvolveu nas décadas de cinquenta, sessenta e setenta, eu analisaria de outra maneira, mas não é este o tema desta mesa.

Com relação ao surgimento da classe gestorial no Brasil, penso que seria muito importante considerar para além das burocracias estatais, acontecimentos históricos tais como o Tenentismo, especialmente as suas ambigüidades decorrentes em meu entender, da articulação da componente fascista e da nacional-bolchevique (Prestes) da classe gestorial, que constituíram esse movimento.

Outra questão importante a ser analisada com relação aos gestores, diz respeito às lutas operárias do período, principalmente até os anos vinte mas que se estenderam pelos anos trinta. A ação conjunta de empresários paulistas, tais como Roberto Simonsen e Salles de Oliveira, na divulgação dos princípios da administração científica do trabalho, tinha em vista iniciar o processo de formação de um proletariado nacional que pudesse sustentar um processo autóctone de acumulação de capital, ao mesmo tempo que viesse substituir os trabalhadores estrangeiros, na sua grande maioria, anarquistas, adeptos da ação direta e capazes de uma organização surpreendente com sua imprensa própria, suas escolas racionalistas, seus centros de cultura e teatro político.

Não podemos negligenciar igualmente outros esforços empreendidos pelos setores mais progressistas das classes dominantes para a formação de um segmento de especialistas aptos a assumir o comando da indústria e da economia. Daí resultaram a fundação do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), nos moldes da “*Taylor Society*” norte-americana; o redirecionamento do ensino de Engenharia; a criação da Escola Livre de Sociologia Política de São Paulo, em 1933; a criação do DASP (Departamento Administrativo do Servidor Público), responsável pela formação técnica de administradores públicos, a criação da Fundação Getúlio Vargas em, 1944, por incitativa do DASP etc.

Ao mesmo tempo, temos que analisar as formas de recuperação das lutas proletárias promovidas pelo aparelho de Estado Restrito, com a criação da CLT, com o populismo varguista apoiado sobretudo no funcionalismo público, como política de contenção dos conflitos sociais.

Penso que a análise destas questões só viriam ampliar a nossa compreensão sobre este período de nossa história. Uma abordagem dessa ordem, seria sem dúvida, a grande contribuição dos historiadores para o entendimento do que se seguiu nas décadas subsequentes e cujas conseqüências estamos hoje a enfrentar de forma dramática.